



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Direito à cidade

**PEQUENAS CIDADES NORTE-PARANAENSES NO CONTEXTO
URBANO ATUAL: MENORES E MAIS ARTICULADAS**

Adriano Pereira de Almeida¹

Resumo

O trabalho tem por objetivo discutir o papel que as pequenas cidades exercem atualmente no âmbito da rede urbana norte-paranaense, diante de uma conjuntura de redução da população total nas duas últimas décadas. Um dos caminhos encontrados pelos gestores desses centros urbanos foi a articulação política e a transformação dessas cidades em redutos eleitorais, beneficiados pelos dividendos orçamentários de políticos engajados com suas eleições. Dados secundários foram levantados a partir da observação da realidade da cidade, da análise documental e da análise da atuação política de deputados e os reflexos no pleito desse candidato na cidade em questão. Por meio da análise qualitativa desses dados à luz dos pressupostos dos autores considerados na pesquisa, foi possível verificar a articulação política como um dos fatores de dinamização das pequenas cidades, como vem ocorrendo em Assaí-PR.

Palavras-chave: Pequenas cidades; rede urbana; articulação política; eleições.

Abstract

The present work has the objective to discuss the role that small cities currently play within the urban network in the north of Paraná, in the face of a reduction in the total population over the last two decades. One of the ways found by the managers of these urban centers was political articulation and the transformation of these cities into electoral strongholds, benefiting from the budgetary dividends of politicians committed to their elections. Secondary data was collected by observing the reality of the city, analyzing documents and examining the political performance of members of parliament and the effects on the election of that candidate in the city in question. Through qualitative analysis of this data in the light of the assumptions of the authors considered in the research, it was possible to verify political articulation as one of the factors in the dynamization of small cities, as has been happening in Assaí-PR.

Keywords: Small cities; urban web; political articulation; elections.

¹ Professor, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, adriano.pereira@uel.br;



Introdução

Desde meados dos anos 1960, a maioria dos brasileiros passou a viver em cidades, processo esse ocorrido por conta de diversos fatores e agentes, vinculados aos interesses da conjuntura capitalista da época, materializados sobretudo nos conceitos de “modernização agrícola” e “industrialização brasileira”. Esse avanço no processo de urbanização brasileira impactou a dinâmica econômica nacional, uma vez que a cidade passou a ser um espaço em que

[...] se concentra a força de trabalho e os meios necessários à produção em larga escala – a industrial –, e, portanto, é o lugar da gestão, das decisões que orientam o desenvolvimento do próprio modo de produção, comandando a divisão territorial do trabalho e articula a ligação entre as cidades da rede urbana e entre as cidades e o campo. (Carlos, 2003 p. 64)

Nesse contexto de intensificação do processo de urbanização, a Geografia urbana que até meados dos anos 1990 tendeu a privilegiar estudos de urbanização das grandes e médias cidades, em detrimento das pequenas cidades, passou a estudar também as pequenas cidades, que apresentaram cada vez mais relevância na dinâmica urbana nacional (Fresca, 1990; Veiga, 2007; Almeida, 2011).

Dessa forma, nas últimas décadas, as pequenas cidades passaram a ser foco de pesquisas nas diversas áreas de estudos das ciências humanas, sobretudo após a década de 1990, quando a conjuntura nacional de recessão forçou a indústria a passar pelo processo de reestruturação produtiva, acarretando profundas transformações na organização socioespacial brasileira, tais como transferências industriais, inclusive para pequenas cidades. Esse processo econômico gerou mudanças em redes urbanas regionais, conferindo novas estruturas, funções e formas às cidades, potencializando ou alterando seus papéis na referida rede.

No que se refere às pequenas cidades, e mais especificamente aquelas localizadas no recorte espacial desta pesquisa, embora as mesmas venham perdendo população nas últimas décadas (Portal G1 Paraná), grande parte delas não permitiu o caminho para a estagnação e articularam-se para reforçar seus papéis, tanto para conter a perda populacional como para exercerem alguma influência em sua hinterlândia (Almeida, 2023).

Dentre as pequenas cidades que vêm passando por tal processo, destaca-se a cidade de Assaí, uma pequena cidade do Norte Pioneiro paranaense de aproximadamente 13.000 habitantes (IBGE, 2022), fundada por colonizadores japoneses na década de 1930, tornou-se destaque na cotonicultura nacional, reconhecida nacionalmente e atraindo migrantes do Sudeste e Nordeste e promovendo um aumento da população do município a ponto de ultrapassar 30.000 habitantes no auge da produção de algodão, além da



implantação de uma estrutura na cidade para atender às necessidades dessa atividade econômica, desde silos e empresas de insumos até fornecimento de bens de consumo.

Algumas décadas depois, com a modernização do campo e a industrialização tardia e todos os desdobramentos dessa estrutura, Assaí passou a destacar-se na produção industrial metalmeccânica, sobretudo nos anos 2000, atendendo à demanda da transnacional Atlas Schindler que se instalou em Londrina durante o período de reestruturação produtiva vivida no país nos anos 1990 (Almeida, 2011).

Atualmente, após a especialização industrial perder relevância na cidade, por conta das crises econômicas capitalistas (crise imobiliária dos EUA de 2008, da zona do Euro de 2012) e novos enfoques políticos da gestão municipal, Assaí perdeu população (de quase 17.000 habitantes em 2010 para pouco mais de 13.000 em 2022) e vem desenvolvendo novas estratégias para dinamizar sua economia, gerar fluxos e atender às demandas básicas de sua população, como emprego e educação.

Dessa forma, objetiva-se discutir como as pequenas cidades norte-paranaense vêm redefinindo seus papéis na rede urbana em que estão inseridas, a partir da captação de recursos, investimentos e visibilidade regional articuladas à ação política angariada por seus gestores.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o trabalho partiu da revisão bibliográfica com intuito de atualizar e aprofundar o conceito de pequenas cidades e suas articulações na rede urbana, as novas dinâmicas vêm ocorrendo na rede urbana paranaense e nacional, como a articulação política cada vez mais intensa em tais municípios e sobre Geografia Política no estado do Paraná focada na compreensão de conceitos como “base eleitoral”, “redutos eleitorais”, “emendas orçamentárias”, “atuação política” e outros, afim de que seja possível refletir sobre o papel da articulação política nas pequenas cidades do norte paranaense. Foi realizado também um levantamento, tabulação e análise de dados sobre os principais agentes políticos que atuam no Paraná, bem como as cidades que compõem a sua base eleitoral e quais “benefícios” tais cidades vem recebendo em contrapartida da votação e apoio políticos. Outra técnica utilizada foi a análise de documental, técnica complementar à revisão bibliográfica e análise de dados secundários sobre Assaí e outras cidades do entorno.

O trabalho foi organizado em três partes, das quais a primeira parte discute o complexo e ainda em construção de pequenas cidades, em seguida a articulação política nestas pequenas cidades e na última parte são apresentados os resultados dessa articulação a partir do estudo de caso de Assaí, uma pequena cidade do norte pioneiro paranaense em que tal dinâmica é evidente.



I- Pequenas cidades: um conceito em construção

Conceituar o que é uma pequena cidade é uma tarefa complexa pois, embora o tema tenha ganhado espaço nos debates urbanos, ainda predominam os estudos voltadas para as grandes e médias cidades do país, principalmente no que se refere às regiões metropolitanas, em detrimento aos estudos sobre pequenas cidades, que também contribuem para a produção do espaço, estão inseridas na rede urbana e desempenham papel relevante nestas dinâmicas, ao passo que Endlich (2006, p.31) reforça que “não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. (...) Trata-se, então, de reconhecer a existência das cidades menores”.

Os estudos em Geografia urbana têm considerado dois critérios para caracterizar as pequenas cidades: o quantitativo e o qualitativo. Sobre o primeiro critério, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), buscando um parâmetro para analisar todo o país, apesar de sua diversidade, adotou o critério populacional na classificação das cidades, apontando que são denominadas pequenas cidades os centros de população até 100.000 habitantes, cidades médias os centros entre 100.000 a 500.000 habitantes e grandes cidades os centros com população acima de 500.000 habitantes. Desta forma, das 5.507 cidades brasileiras recenseadas pelo IBGE no ano de 2000, 4.646 estavam classificadas como pequenas cidades sendo que no Paraná, dos 399 municípios, 323 apresentavam suas sedes como pequenas cidades nos anos 2000, realidade que se manteve estável nos últimos anos.

Ainda sobre o aspecto populacional, Bernardelli (2004), ao debruçar-se sobre a realidade paulista considerou pequenas cidades aquelas com menos de trinta mil habitantes e Santos (2005, p. 79), ao analisar a urbanização brasileira propõe que “para ser cidade média, uma aglomeração deve ter população em torno de 100.000 habitantes”, indicando assim, que abaixo deste patamar, os núcleos urbanos existentes são considerados pequenas cidades.

Milton Santos (1981) aponta que estudos internacionais definem o marco de 20.000 habitantes para se caracterizar uma pequena cidade, mas para o autor isso “não significa grande coisa, visto que um marco numérico é sempre artificial; os marcos reais são funcionais, isto porque só a partir de certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define” (Santos, 1981 p.15).

O segundo critério extrapola o viés populacional, uma vez que a realidade urbana brasileira é muito ampla e diversa, o que provocaria equívocos na compreensão do espaço, pois segundo Fresca (2001, p.29) “uma cidade com cerca de 50.000 habitantes urbanos inseridos na rede urbana norte-paranaense diferencia-se muito de uma similar inserida, por exemplo, na rede urbana nordestina”.



Sobre o critério qualitativo, Milton Santos também saltou das classificações vinculadas ao número de habitantes e conceituou de forma pioneira as pequenas cidades como “cidades locais”, entendendo que o termo “pequenas cidades” induz à noção de volume da população. Para o autor, “o fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes de tudo um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização”.

Desta forma, para que uma aglomeração possa ser caracterizada como cidade, é necessário que exista “um limite mínimo de complexidade das atividades urbanas capazes, em um momento dado, de garantir ao mesmo tempo um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial” (Santos, 1979 p.70).

A cidade precisa satisfazer “as necessidades vitais mínimas reais ou criadas de toda uma população, função essa que implica em uma vida de relações” (Santos, 1979 p.71), sobretudo na satisfação de necessidades criadas externamente à comunidade.

O fenômeno da cidade local acha-se, pois, ligado às transformações do modelo de consumo no mundo, sob o impacto da modernização tecnológica, da mesma forma que as metrópoles são o resultado dos novos modelos de produção. [...] Todavia, só recentemente as cidades locais começaram a se difundir através do território. Deve-se procurar a causa disso na modernização tecnológica com ou sem industrialização. (Santos, 1979, p. 72-73)

A cidade local facilita o acesso da população aos bens e serviços, mesmo sendo mais caros que em centros maiores, e desempenham um importante papel junto às zonas de produção primária, por permitir um consumo mais próximo desta produção, gerando assim uma expansão da economia urbana e lhe atribuindo um reforço na centralidade, pois:

A função urbana não é menos interessante numa cidade pequena do que numa capital: é aí menos difícil de estudar e seus diferentes elementos decompõem-se mais facilmente. É a função comercial, ligada à presença dos meios de transporte, mais frequentemente, a razão de ser das pequenas cidades do interior: fazendeiros, colonos, sitiantes, aí trazem suas colheitas e aí compram roupas, instrumentos de trabalho de que necessitam. As grandes empresas comerciais aí possuem postos (produtos químicos, farmacêuticos, casas de fazendas como as “Pernambucanas”, depósitos de firma de fumo e cigarros etc.) (Mombeig, 2004 p. 301).

Ainda sobre essa questão, Endlich (2006, p.89), reforça que “a divisão do trabalho, a economia de mercado e a capacidade de consumo são indispensáveis nessa análise”, ou seja, pensar em classificação de cidades é analisar os seus papéis e os seus significados na rede urbana, inclusive no que tangencia à questão humana e social.

Jurado (2011), ao estudar as pequenas cidades - consideradas por ele “cidades pequenas” – por meio da indústria reflete o caráter único desse tipo de centro urbano e sua relevância na divisão territorial do trabalho:

A cidade pequena possui, portanto, uma *materialidade* no seu plano espacial, enquanto *forma* no processo de urbanização e uma *imaterialidade* que pode estar relacionada aos seus fluxos informacionais que traduzem sentidos econômicos, políticos, culturais, etc. Essa realidade urbana não está dissociada de um ponto de compreensão maior, ou seja, a cidade, embora a adjetivação pequena retrate uma



relação de mensuração e qualificação quanto ao seu tamanho, expresso no universo dialético da divisão territorial do trabalho em escala global. Nessa compreensão, a cidade pequena apresenta uma dimensão geral que é comum aos demais centros urbanos, na expressão da cidade e que abrange uma totalidade. De outro modo, revela particularidades, ou seja, predicados que são parte do todo em conjunto e pode conter singularidades, isto é, características únicas que se combinam na produção desigual do espaço de relações sociais na divisão territorial do trabalho (Jurado, 2011 p.45).

Corrêa (2004), ao estudar as transformações econômicas, sociais e políticas sofridas pela rede urbana, em particular os pequenos núcleos a partir de década de 70, aponta que as transformações verificadas no campo alteraram o padrão desses pequenos lugares centrais, criando pelo menos quatro caminhos ao longo dos quais evoluíram: prósperos lugares centrais em áreas agrícolas pouco afetadas pela modernização; pequenos centros transformados em reservatório de força de trabalho; pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório e pequenos centros especializados em atividades industriais.

Em suma, o consenso no que se refere às pequenas cidades não está em seu conceito, mas na relevância que as mesmas representam para a compreensão da dinâmica urbana do país, sobretudo nos estudos de rede urbana, seja por um dos caminhos apontados por Correa (2004) ou por novas articulações que o presente momento socioeconômico e espacial promove.

II - Articulação política nas pequenas cidades norte-paranaense: um caminho em construção.

Considerando o espaço geográfico como algo dinâmico e reflexo da constante necessidade de mudanças do capital em prol de sua reprodução, tal dinâmica é diluída em todas as instâncias do espaço, proporcionais ao seu nível de inserção no meio técnico-científico e informacional. As pequenas cidades foram impactadas por essa conjuntura de forma negativa, marcadas pela estagnação econômica, refletida no decréscimo populacional em quase todas os municípios com menos de 50.000 habitantes.

Diante dessa conjuntura, algumas pequenas cidades que não possuem ou perderam seus atributos geradores de centralidade citados por Corrêa (2004) – especialização industrial, atividade agropecuária dinâmica, singularidade de serviços – vem buscando novas formas de gerar certa centralidade para manutenção e/ou recuperação populacional, dentre as quais destaca-se a articulação política, uma vez que os agentes políticos das esferas estadual e federal podem dinamizar em processos socioeconômicos das referidas



idades, por meio de emendas parlamentares e outras assistências político-financeiras que possam impactar na oferta de empregos e oportunidades para a cidade ou município.

Baião e Couto (2017) evidenciam a importância do gestor público municipal (prefeito) na captação de recursos desde a descentralização política ocorrida com a promulgação da nova Constituição Federal que dotou os municípios com maiores competências administrativas, políticas e legislativas e conseqüentemente aumentando a relevância dos prefeitos no sistema político.

Além do mais, municípios são entes federativos autônomos que se relacionam diretamente com a União e recebem a responsabilidade pela execução da maioria das emendas individuais. Todos esses fatores indicam que, dentre os atores locais, os prefeitos seriam aqueles com maior potencial para auxiliar o deputado a reclamar o crédito pelas suas emendas (Baião e Couto, 2017 p.715).

Dessa forma tais cidades vêm se tornando “bases eleitorais” de agentes políticos, garantindo sua entrada ou permanência no poder em troca de investimentos e benefícios para essa base eleitoral e estabelecendo um espaço de dominação política do espaço, podendo afastar outros agentes políticos e direcionando os fluxos da referida base eleitoral.

Essa conjuntura não é novidade, uma vez que Carlos (2001) pontua que a produção do espaço ocorre por meio da dominação política em que as ações exercidas pela administração municipal e elites que produzem os espaços públicos, privados e indefinidos, como resposta tanto aos interesses públicos quanto aos privados.

Já Sobarzo (2006) aponta que a dominação política da elite ocorre a partir de um duplo poder sobre o espaço: primeiro através da propriedade privada do solo e em seguida através do poder municipal que reafirma e legitima os seus interesses, uma vez que intervém no município, reforçando a hierarquia de lugares e surgimento de novas centralidades.

Ainda segundo o autor, a relação entre o poder municipal, o espaço urbano e a dominação política, pode ser entendida tanto na perspectiva do poder no espaço, quanto do poder do espaço, pois o poder municipal é exercitado para controle do espaço (poder no espaço) por meio de regulamentos acerca do uso e ocupação do solo, políticas tributárias e o arcabouço de infraestrutura, serviços e investimentos, mas é o poder do espaço, enquanto consequência das desigualdades, que facilita ou dificulta o meio em que a dominação política será dada.

Ainda sobre essa questão, Bezerra (1999) elucida como cidades e estados vivem uma relação de autoajuda com o legislativo:

Entre os pedidos que chegam aos gabinetes, encontram-se os de prefeitos e governadores interessados na obtenção de verbas federais para investimentos em suas localidades. São, de modo geral, solicitações de inclusão de verbas para os municípios no projeto de lei orçamentária quando de sua passagem pelo Congresso e liberação de recursos junto aos órgãos ministeriais. Contudo, assim como ocorre com qualquer pleito que chega aos gabinetes, os pleitos de verbas federais têm aos olhos do parlamentar um valor diferenciado. Enquanto certos pedidos são



selecionados e passam a contar com sua mediação para que o solicitante seja atendido, outros, ao contrário, recebem menos atenção ou são, inclusive, deixados de lado. Os pleitos encaminhados aos parlamentares passam, portanto, por um processo de seleção e hierarquização. O exame dos critérios que fundam esse processo permite perceber o interesse que possuem parlamentares em torno do atendimento desses pedidos (Bezerra, 1999 p.102)

Embora não apresentem uma população eleitoral relevante se comparadas às metrópoles, as pequenas cidades são partes de um todo que podem levar tais políticos a ganhar um pleito, uma vez que os prefeitos, vereadores e demais lideranças representam a presença e as ações do político no município em que atuam, garantindo um alcance geográfico desses políticos por uma área geográfica relevante, pois os “vínculos com prefeitos, vereadores, líderes de igrejas, presidentes de associações e profissionais são canais pelos quais o parlamentar cria e se faz presente em suas bases” (Bezerra, 1999 p.103).

Uma cidade ou todo município pode receber verbas, complementos orçamentários, projetos, investimentos por intermédio de deputados estaduais e federais e essa articulação está ligada a formação dessa “base eleitoral” e os efeitos dessa articulação ainda estão sendo pouco explorados pela Geografia, principalmente no que se refere às pequenas cidades, uma vez que na atualidade, com a difusão das redes sociais e a multiplicidade de partidos e ideologias, a disputa eleitoral vem se tornando cada vez mais acirrada e tais cidades até então pouco visadas pelos políticos, vem se tornando importantes na política estadual , uma vez que:

As regiões e os municípios com os quais os parlamentares mantêm relações mais intensas são aqueles nos quais obtêm suas votações mais expressivas. Se a ideia de base eleitoral engloba a totalidade dos municípios nos quais se obteve alguma votação, constata-se, contudo, que certas áreas são privilegiadas pelos parlamentares. A maior ou menor votação obtida pelo parlamentar nos municípios opera, assim, como um critério que os distingue e hierarquiza. Isto tem efeitos no modo de atuação do parlamentar. Os locais de maior votação são, por exemplo, visitados com maior frequência e os pleitos das lideranças e moradores desses municípios são os que recebem maior atenção por parte dos parlamentares (Bezerra, 1999 p.103)

As ideias de Bezerra (1999) são reforçadas por Medina, Ferreira, Pinto e Santos (2023), que ao analisar a alocação de emendas parlamentares de forma sistemática concluiu que existe uma relação clientelista entre os parlamentares e prefeitos para a liberação e destinação de emendas parlamentares

[...] os resultados da pesquisa mostram que a combinação de fatores políticos e técnicos impulsionam a alocação das EPIs, ou seja, indicadores sociais e de saúde, assim como os de ganho político. Isso nos leva a refletir que os parlamentares, ao mesmo tempo que dedicam esforços em corrigir as iniquidades do sistema público de saúde, podem agir de forma responsiva, mas também, oportunista, e beneficiar seus redutos eleitorais, resultando em uma troca voluntária e benéfica que gera o bem-estar das partes envolvidas (Medina, Ferreira, Pinto, Santos, 2023 p.118)



Os autores argumentam também que além de além de enviar as emendas, as mesmas precisam ser percebidas pela população, para que gere a votação na eleição eminente, cabendo ao prefeito ou outro agente político local o papel de divulgar o envio da emenda e seu “bemfeitor”.

Resultados verificados: o caso de Assaí-PR

Tal dinâmica discutida até o momento, pode ser constatada em Assaí, pequena cidade do norte do Paraná, pois a articulação política entre o executivo municipal e o legislativo federal vem garantindo captação de recursos, geração de emprego e potencialização da inserção do município na rede urbana do norte do estado. Dentre as ações políticas articuladas ocorridas na cidade, podemos destacar a visita do Embaixador da Índia e celebração de convênio entre transnacional indiana e o município, garantindo mais de 50 empregos diretos para os cidadãos do município:

O Prefeito Tuti Bomtempo, vereadores, secretários municipais e a comunidade escolar do Centro Estadual de Educação Profissional Professora Maria Lydia Cescatto Bomtempo receberam comitiva da Índia composta pelo Embaixador da Índia Suresh K. Reddy, o presidente da TCS no Brasil Tshar Parikh, a HR Head Latam Ximena Jhofre Figueroa, a Deputy HR Latam Ashul Mehrotra, o diretor financeiro da TCS Bruno Rocha, a gerente de RH TCS Londrina Claudia Mariano, o Delivery Center Head Francisco Junior e o Diretor do CEEP Assaí Aquiles Fernandes para assinatura do Termo de convênio e cooperação técnica com a empresa multinacional Tata Consultancy Services - TCS. O evento contou com a presença da Deputada Federal Luisa Canziani, o ex Deputado Alex Canziani, dos vereadores Leni de Oliveira, Rafael Greca, PC Caminhoneiro, Neusa Costa e Sandrinha, a Chefe do NRE Cléa Marcia Bernardes, o Gerente Regional do Sebrae Fabrício Bianchini e diretores e colaboradores da Tata TCS. Através desta parceria, a Tata Consultancy Services – TCS oficializou nesta quarta-feira (25/05) a contratação de 12 estudantes do CEEP como Trainee pela multinacional, e realizará a seleção de mais 45 alunos da instituição (Prefeitura Municipal de Assaí, 2022).

Outra ação articulada foi a captação de recursos para escola técnica da cidade por meio do Ministro de Ciência e Tecnologia do Governo Federal:

Nesta quinta-feira (23) o Prefeito Tuti Bomtempo, vereadores, secretários municipais, autoridades locais e a comunidade escolar do CEEP Maria Lydia Cescatto Bomtempo, receberam o Ministro Paulo Alvim, acompanhado do Deputado Federal Filipe Barros. Uma data memorável para Assaí pois é a primeira vez que Assaí é honrada com a visita de um Ministro de Estado. [...] O Deputado Filipe Barros enalteceu o dia histórico para Assaí “essa data será marcada na história do município, o primeiro Ministro de Estado a visitar Assaí. A educação é transformadora e Assaí é prova disso, e hoje estamos contribuindo com o futuro desse município, concretizando um sonho do prefeito Tuti Bomtempo e toda comunidade escolar. Serão 2 milhões reais para estruturação dos laboratórios de mecânica, eletrônica, robótica e edificações. (Prefeitura Municipal de Assaí, 2022).

Tais ações articuladas vêm fazendo com que Assaí ganhe destaque em nível estadual e nacional, uma ideia de “cidade inteligente”

Uma cidade do interior do Paraná, com pouco mais de 17 mil habitantes e conhecida por ser lar de muitos descendentes de japonese, vem sendo destaque Brasil a fora Assaí, na Região Metropolitana de Londrina, foi eleita como uma das 21 cidades



mais inteligentes do mundo pelo instituto canadense ICF (Intelligent Community Fórum). Com um orçamento anual de R\$ 60 milhões e muitas ideias para tirar do papel, a cidade criou há dois anos o projeto Vale do Sol, que uniu secretarias em prol do desenvolvimento econômico e social da cidade.

Além de Assaí, Ponta Grossa e Curitiba são as únicas cidades da América Latina a integrarem a lista, que também conta com representantes do Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, Cazaquistão, Vietnã Austrália e Nova Zelândia (Sabbadini, 2023)

Buscando fazer jus ao título de cidade inteligente e encontrar novas formas de desenvolvimento para o município, a gestão municipal atual criou em maio de 2022 a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação com o objetivo de promover processo de integração e produção de inovação tecnológica no Município de Assaí, fazendo a interlocução entre o poder público e parceiros.

Posteriormente, em agosto do mesmo ano, foi criada a Lei Municipal 1.818/2022 que instituiu a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação “destinada a promover e estimular a inovação, a economia criativa, o empreendedorismo, a pesquisa e qualificação científica e tecnológica no município de Assaí (Assaí, 2022) e institui o chamado “Ecossistema Vale do Sol”, um espaço de estudo, criação, desenvolvimento e inovação para o município. Este híbrido de secretaria, espaço multimeios e polo de ciência “Vale do Sol” ativa o conceito de cidade-laboratório” (Vale do Sol, 2024). A referida lei 1.818 estabelece:

Medidas de incentivo à inovação, à pesquisa, ao desenvolvimento científico e tecnológico, e às estratégias de transformação digital, visando alcançar a capacitação, o empreendedorismo, o governo digital e a consolidação dos ambientes de inovação nos setores acadêmicos, produtivos e sociais do Município de Assaí (Vale do sol, 2024)

Dentre as ações previstas na Política Municipal de C&TI, destacam-se:

- I. estimular a qualificação de pessoas, bem como a realização de estudos, a fim de garantir a continuidade das pesquisas científicas e projetos inovadores no município de Assaí;
- II. incentivar as ações de apoio à execução de projetos que impactem no desenvolvimento do empreendedorismo e da inovação no município de Assaí;
- III. identificar e promover a interação dos atores que trabalham nas áreas de ciência, tecnologia e inovação no Município de Assaí; e
- IV. promover a incorporação de ações voltadas ao aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos municipais com aplicação de inovação (Assaí, 2022)

A inauguração do ecossistema derivado da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, ocorreu no final do ano de 2023, contando com a presença de diversos agentes políticos parceiros da atual gestão municipal, conforme notícia divulgada nas redes sociais, conforme trecho extraído do site da prefeitura:

O evento contou com a presença do Prefeito Tuti Bomtempo, do vice-prefeito Cairo Kogushi, o ministro emérito de Ciência, Tecnologia e Inovação Paulo Alvin, do Secretário de Inovação do Paraná Marcelo Rangel, do representante do MEC Eric



Pereira, do representante da SEED Cláudio Oliveira, da representante do Sebrae Talita Dalcortivo, do Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação Igor Oliveira, da presidente da Câmara Leni de Oliveira, diretores das Escolas Estaduais, secretários municipais e a sociedade assaiense (Prefeitura Municipal de Assaí, 2024).

Além do investimento significativo neste setor econômico pouco explorado nas pequenas cidades, a gestão pública municipal investiu também em parcerias com SEBRAE para qualificação dos cidadãos, abertura de curso técnico de enfermagem, o início e a finalização de obras públicas em alguns pontos da cidade, além de ações na zona rural. Um elemento importante que foi observado é que na atual gestão, há sempre a presença de um Deputado (a) Federal ou Estadual em praticamente todos os eventos municipais, o que valida a discussão dos autores apresentados no trabalho que evidencia esse alinhamento entre cidades pequenas e a formação de bases eleitorais.

Dinâmica semelhante vem ocorrendo em Cornélio Procopio, que por meio de articulações políticas vem recebendo instalações de instituições públicas importantes para a dinâmica socioeconômica da cidade como o campus da UTFPR, um colégio Militar e serviços da AMUNOP. Outras pequenas cidades do norte do estado também vêm sendo espaço de tais dinâmicas, que sistematicamente estudadas poderão configurar com a nova ação articulada responsável pela dinamização e reinserção das pequenas cidades na rede urbana.



Considerações finais

O espaço geográfico é resultado do interesse capitalista que constantemente o transforma e ressignifica por meio de seus agentes e esse movimento está ocorrendo em todos os lugares, seja na grande metrópole nacional ou no pequeno centro local, pois todo o sistema socioeconômico está interligado e é interdependente, princípio elementar do mundo globalizado no qual que estamos inseridos.

A questão política é abordada pelos autores da Geografia urbana, como Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, porém ainda centrado nos processos e efeitos das grandes cidades ou metrópoles, sem evidenciar como esse elemento humano impacta nas pequenas cidades e contribuem com a redefinição de seus papéis na rede urbana. A partir dessa necessidade de discussão, a pequena cidade de Assaí e outras do seu entorno, emergem como possibilidade de observação, reflexão e estudos sobre tal fenômeno geográfico.

Assaí, imersa e projetada nacionalmente como capital do algodão até meados dos anos 1980, renasce nos anos 2000 a partir da especialização industrial metalmeccânica, passa a perder centralidade após a crise dos anos 2010 que afetaram o setor industrial e mudanças políticas que “engessarem” seu papel na rede urbana, porém, por intermédio das articulações políticas estaduais e federais, a cidade vem redefinindo seu papel na rede da qual faz parte e intensificando novamente sua centralidade em meio a um espaço marcado por pequenos centros locais subordinados a Londrina.

As questões eleitorais e eleitoreiras passaram por diversas mudanças nas últimas décadas seja pela fragmentação do poder político com um todo, seja pelas demandas de diversidade legais, que tirou das grandes metrópoles, sobretudo da capital do estado, o poder de eleger os representantes do estado, conferindo novos poderes às pequenas e médias cidades do interior de serem alvo da presença e financiamento de ações na cidade e/ou no município em troca de votos e capital político.

No caso de Assaí, observou-se como é evidente a associação obras e ações conquistados pela cidade e a “benevolência” de certos deputados federais e estaduais, que cada vez mais vêm entendendo a importância das pequenas cidades no contexto regional e nacional.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. **A Especialização industrial metalmeccânica e transformações espaciais em Assaí-PR**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011;

ASSAÍ. **Lei 1.818 de 19 agosto de 2022**. Institui o Ecosistema do "Vale do Sol", constituído pela Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, pelos mecanismos para estímulo à inovação, à economia criativa, ao empreendedorismo, à pesquisa e qualificação científica e tecnológica. Assaí, PR: Diário Oficial, 2022;

BAIÃO, A. L.; COUTO, C. G. A eficácia do pork barrel: a importância de emendas orçamentárias e prefeitos aliados na eleição de deputados. **Opinião Pública**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 714–753, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8651196>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BEZERRA, M. O. (1999). **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará – NUAP

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2004. 347 p.;

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo na Metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: contexto, 2001.

CARLOS, A. F. **A cidade**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2003;

CORRÊA, R. L. Rede urbana. Reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**. v.01, n.01, p.65-78, jan./jun. 2004 Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004;

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006. 505 p.;

FRESCA, T. M. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia. **Geografia**. Londrina, v.10 n.01, p. 27-34, jan./jun. 2001;

IBGE. Cidades e estados. **Assaí**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/assai.html>> Acesso em mar/2023;

JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente – SP**. 2011. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente-SP: [s.n.], 2011;



MEDINA, S. A., FERREIRA, M. A. M., PINTO, T. R. G. S., SANTOS, I. A. Alocação das emendas parlamentares individuais: correção de assimetria em saúde ou ganho político? **Revista Eletrônica de Administração**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 98–125, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/124848>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MONBEIG, P. O estudo geográfico das cidades. In: **Cidades**. v. 1, n. 2, 2004, Presidente Prudente. p. 277-314;

PORTAL G1 PARANÁ. **Censo 2022: cidades pequenas ficam ainda menores no Paraná e desafiam orçamento**. Disponível em <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2023/01/12/censo-2022-cidades-pequenas-ficam-ainda-menores-no-parana-e-desafiam-orcamento.ghtml>> Acesso em fev/2023;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSAÍ. **Notícias de Assaí**. Disponível em <<https://assai.pr.gov.br/>> Acesso em out. 2023;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSAÍ. **Notícias de Assaí**. Disponível em <<https://assai.pr.gov.br/>> Acesso em fev. 2024;

SABBADINI, J. Veja os projetos que colocam Assaí entre as cidades mais inteligentes. In: **Folha de Londrina** cidades 06/03/2023. Disponível em <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/veja-os-projetos-que-colocam-assai-entre-as-cidades-mais-inteligentes-3229287e.html?d=1>> Acesso em abr. 2023;

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54. 1977;

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981;

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005;

ALMEIDA, A.P. A articulação política e a redefinição dos papéis das pequenas cidades do norte do Paraná: o caso de Assaí. In: SEMANA DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL), 39., 2023, Londrina (Brasil). **Anais [...]**. Londrina, UEL, 2023. p. 108-125. Tema: Dinâmicas Socioambientais no Século XX. Disponível em: https://sites.uel.br/semanadageografia/wp-content/uploads/2024/02/ANAIS_SEMAGEO_2023.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024;

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, p. 93-111, 2006. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73992>>. Acesso em abr. 2023;

VALE DO SOL. **Institucional**. Disponível em <<https://valedosol.assai.pr.gov.br/quem>> Acesso em marc. 2024;